



460

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº 295109-9

EMBARGANTE: OURO PRETO PETRÓLEO LTDA

EMBARGADO: TELEMAR - NORTE LESTE S/A

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TJPE.

1 - Os embargos declaratórios não merecem acolhimento quando não configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 I e II do CPC. *In casu*, não restou configurada qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, bem como erro material passível de correção.

2 - Nítida a pretensão da parte embargante de ver rediscutida matéria já apreciada. Impossibilidade, segundo entendimento do STJ e desta Corte.

3 - No âmbito deste Tribunal de Justiça, a análise do prequestionamento é de competência da Vice-Presidência (art. 39, III, do RITJPE), ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do pedido de prequestionamento da matéria constitucional e federal suscitada pela parte embargante e em CONHECER e REJEITAR os embargos de declaração, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



461

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº 295109-9

EMBARGANTE: OURO PRETO PETRÓLEO LTDA

EMBARGADO: TELEMAR - NORTE LESTE S/A

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Tratam os autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por OURO PRETO PETRÓLEO LTDA contra acórdão da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça que, nos autos do Agravo Legal 295109-9, negou provimento ao recurso da Agravante e deu provimento parcial ao Agravo Legal da agravada, apenas, para fixar o termo inicial da correção monetária, a partir do arbitramento dos danos morais (fls. 393/397).

O embargante aduz que o acórdão embargado incorreu em omissão ao não apreciar o pedido expresso de lucros cessantes. Afirmar, ainda, que o valor fixado a título de danos morais é bem menor do que o pleiteado, sendo a decisão impugnada omissa quanto ao pedido de majoração.

Ao final pugna pelo pronunciamento expresso sobre aos artigos 186, 1187 e 927 do Código Civil, do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor e do artigo 286 II do Código de Processo Civil, tudo para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



2462

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº 295109-9
EMBARGANTE: OURO PRETO PETRÓLEO LTDA
EMBARGADO: TELEMAR - NORTE LESTE S/A
RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Des. José Fernandes de Lemos (Relator): O embargante aduz que o acórdão embargado incorreu em omissão ao não apreciar o pedido expresso de lucros cessantes. Afirma, ainda, que o valor fixado a título de danos morais é bem menor do que o pleiteado, sendo a decisão impugnada omissa quanto ao pedido de majoração. Pugnando, ainda, pelo pronunciamento expresso sobre aos artigos 186, 1187 e 927 do Código Civil, do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor e do artigo 286 II do Código de Processo Civil, tudo para fins de prequestionamento.

Os embargos de declaração são recurso de fundamentação vinculada. As suas hipóteses de cabimento são as previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil - omissão, contradição ou obscuridade da decisão embargada. Admite-se, ainda, a utilização dos aclaratórios para correção de erro material, uma vez que o juiz pode fazê-lo até mesmo de ofício (art. 463, I, do CPC).

Caso em que não se configurou nenhum dos requisitos exigidos para o cabimento dos presentes embargos, pretendendo o recorrente apenas rediscutir os fundamentos da decisão embargada, utilizando-se dos embargos para defender tese já rejeitada, na vã expectativa de obter pronunciamento que lhe seja mais favorável.

In casu, o embargante reproduz os mesmos argumentos explanados em sua peça recursal, que foram amplamente discutidos no momento do julgamento da apelação, conforme se verifica com uma simples leitura do acórdão guerreado:

Superada a questão, passo a analisar o mérito do presente recurso. O que faço, trazendo à baila os mesmos argumentos utilizados no decisor de fls.347/350, já que os agravantes praticamente repetem os mesmos argumentos utilizados no recurso de apelação, in verbis:

"...Não há de prosperar o inconformismo da ré apelante. Isto porque, a relação contratual entre os litigantes tem natureza consumerista e, por conta desse marcante



463

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

traço, emerge a responsabilidade objetiva desta, enunciada no art. 14, do CDC. In casu, observo que a ré apelante bloqueou indevidamente cinco linhas telefônicas da autora apelada, impossibilitando que a mesma desenvolvesse normalmente as suas atividades econômicas, já que atua na área de venda de derivados de petróleo na cidade do Recife/PE (Posto de Gasolina) e, efetua transações comerciais através de cartão de crédito. Ademais, observo que a autora desenvolve sua atividade em uma avenida bastante movimentada no Bairro de Boa Viagem (Av. Domingos Ferreira), o que me leva a crer que muitos de seus clientes deixaram de ser atendidos e passaram a evitar o referido local já que ali não estava aceitando cartão de crédito (aproximadamente 10 dias). Não se trata aqui, como dito pela ré apelante, de mero aborrecimento, mas, sim, de má prestação do serviço por parte desta, que deixou de prestar o serviço de maneira adequada, em confronto com o preceituado no CDC, que preceitua que as concessionárias de serviços públicos existem para fornecer "serviços adequados, eficientes e seguros e, quanto aos essenciais, contínuos", sob pena de responder pelos danos causados aos consumidores (CDC, art. 22, caput e parágrafo). No caso, a autora apelada foi, seguida e demoradamente, desrespeitada, submetida a uma penosa e desnecessária via crucis de acesso ao serviço de atendimento ao consumidor, o tão conhecido "0800", para obter a satisfação de um direito a respeito do qual não podia pairar dúvida razoável. Chegando mesmo a procurar o PROCON, sem, porém, obter sucesso. Destarte, configurado o dano moral, resta a análise do quantum indenizatório arbitrado na r. decisão. Para tanto, deve-se ter em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência pátrias, tais quais os referentes à situação pessoal, status social, econômico e intelectual do ofendido, à intensidade do constrangimento, o porte econômico do ofensor, o grau de culpa e à gravidade da ofensa. Com isto, visa-se também a desestimular a prática de novos atos ilícitos similares, bem como ofertar conforto ao ofendido, de modo que a quantia arbitrada não seja tão irrisória, que nada represente; nem tão exagerada, a ponto de implicar sacrifício demasiado para o demandado ou enriquecimento ilícito para a outra parte. Infere-se que, na situação ora em análise, o arbitramento da verba indenizatória em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), tal como fixado no juízo a quo, está a que das balizas antes indicadas, por este motivo entendo por majorá-los para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)..... Quanto ao dano material e o lucro cessantes aduzidos pela autora apelante, entendo que os mesmos não merecem prosperar, vejamos: O dano material é aquele que atinge o patrimônio material da vítima, podendo ser mensurado financeiramente e indenizado. Compreende tanto o dano emergente sofrido pela vítima quanto o lucro cessante, entendido aquele como o que ela efetivamente perdeu e o outro como o que razoavelmente deixou de lucrar, nos termos do art. 402 do Código Civil de 2002: Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar. Ademais, deve o dano ser certo, sendo absolutamente necessária a



264

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

comprovação do dano efetivamente suportado pela vítima, não se podendo trabalhar com simples hipóteses. No caso dos autos, a autora apelante não juntou ao processo documentos aptos a comprovarem os prejuízos sofridos, nem tão pouco, juntou comprovante que ateste que esta deixou de auferir valores no período em que teve suas linhas bloqueadas. Com efeito, em sede de reparação por danos materiais, exige-se que haja comprovação de perda de patrimônio, seja de danos emergentes ou de lucros cessantes, não bastando alegações genéricas de perda..."

Não obstante, quanto à incidência da correção monetária entendo que assiste razão à ré agravante - Telemar Norte Leste S/A, pois segundo a Súmula 362 do STJ esta deve correr a partir do arbitramento do dano moral, em caso de responsabilidade contratual..." (fls. 393/397).

Não obstante, o juiz não é obrigado a refutar um a um os argumentos levantados pela parte. Cabe ao julgador fundamentar devidamente o seu *decisum*, esboçando as razões que o levaram a concluir pela procedência ou improcedência do pedido.

Quanto ao pedido para que se prequestione a matéria federal suscitada, entendo que não merece ser conhecido. O prequestionamento é requisito de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e, portanto, compete ao Vice-Presidente deste Tribunal de Justiça pronunciar-se sobre o seu preenchimento, conforme disposto no artigo 39, inciso III, do RITJPE.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de prequestionamento da matéria constitucional e federal suscitada pela embargante e CONHEÇO, porém REJEITO, os embargos de declaração na parte em que aponta contradição do acórdão embargado.

É como voto.

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator